

8 de Março

Dia Internacional da Mulher

2015



Trabalhadoras em Luta por
Igualdade, Liberdade e Autonomia



CUT®
BRASIL

Igualdade, Liberdade, Autonomia

No Dia Internacional da Mulher, as mulheres da Central Única dos Trabalhadores vão mais uma vez às ruas empunhar as bandeiras em defesa de igualdade, liberdade e autonomia!

Queremos que as mulheres marquem sua presença em todos os cargos e profissões, com igualdade de oportunidades e de salários em relação aos homens.

Lutamos por um modelo de desenvolvimento que proteja nossos territórios, levando em conta bens comuns como moradia, água e terra.

Lutamos por uma sociedade em que as pessoas possam escolher com quem querem partilhar suas vidas, sem submissão ao trabalho forçado ou à exploração sexual.

Nesse dia 8 de março, saímos às ruas para dizer que não aceitaremos qualquer imposição de padrões de beleza, sexualidade ou comportamento.

Igualdade na vida, no trabalho e no movimento sindical

O princípio da igualdade é o que nos move. Homens e mulheres devem ter as mesmas condições para decidir o que é melhor para suas vidas e se organizar em busca de seus objetivos. Queremos igualdade de acesso ao trabalho, à justiça, à terra e ao serviço público. Demandamos políticas públicas que garantam direitos e deveres iguais. Apesar das mulheres estarem em todos os espaços, sabemos que nem sempre estão em paridade com os homens ou recebendo salários iguais.

Apesar da crescente participação de mulheres no mercado de trabalho, nos movimentos e nas organizações sociais, a participação nos espaços de representação formal e nos partidos políticos é invisível, ainda que seja incontestável a capacidade das mulheres de exercer funções de poder e decisão.

Creche pública, gratuita e de qualidade - O acesso à educação infantil é um direito de toda criança. O cuidado com as crianças não deve ser responsabilidade exclusiva das mulheres, sejam mães, avós, tias ou irmãs.

Licença compartilhada - A ampliação da licença maternidade deve vir acompanhada da ampliação da licença paternidade. Acabado os seis meses da licença maternidade, deve-se iniciar os seis meses da licença paternidade, criando condições objetivas para que homens e mulheres partilhem do cuidado com as crianças.

Igualdade salarial e de direitos no trabalho - É preciso medidas concretas que eliminem a diferença de rendimentos entre homens e mulheres que cumprem as mesmas funções e a segmentação de gênero nas ocupações.

Reforma política e paridade - Queremos políticos eleitos sob regras mais democráticas, como o financiamento público de campanha, a igual divisão de recursos entre homens e mulheres e lista fechada com alternância de sexo. É preciso ampliar a participação das mulheres e garantir sua real representatividade nos espaços de decisão e poder.

Autonomia se constrói com igualdade e liberdade

A sociedade que almejamos é aquela em que tenhamos liberdade e dignidade, escolhendo com quem partilhamos nossa vida. Também queremos ter liberdade para nos manifestar, sindicalizar, votar e sermos eleitas.

Queremos exercer nossa sexualidade livremente, sem coerção ou estereótipos, para podermos decidir QUANDO e SE queremos ser mães, pois nossa compreensão é de que sexualidade e maternidade não estão atreladas. Queremos uma sociedade que não imponha padrões de beleza, sexualidade ou comportamento.

A liberdade só será possível quando tivermos uma vida sem violência contra as mulheres, em que não sejamos consideradas propriedades de outra pessoa. O Estado deve garantir políticas públicas - não apenas o atendimento às mulheres em situação de violência - que previnam toda forma de discriminação e dominação sobre as mulheres. Para nós, a violência contra a mulher é inaceitável!

Democratização da comunicação - Denunciamos a forma com que os meios de comunicação e a mídia exploram os corpos e a imagem das mulheres. É preciso uma profunda democratização dos meios, para garantir pluralidade de vozes, liberdade de pensamento e de informação, seja na mídia radiodifusora ou na internet.

Combate à violência contra as mulheres - A violência não pode continuar parte do cotidiano das mulheres. É obrigação do Estado garantir prevenção e atendimento a toda forma de violência contra elas.

Autonomia econômica e valorização do trabalho das mulheres - Precisamos de soluções coletivas para tarefas que são tidas como responsabilidade somente das mulheres, como: creches, lavanderias públicas e restaurantes populares.

Redução da jornada de trabalho sem redução de salário - Para ter impacto positivo na vida das mulheres, precisa vir acompanhada por um amplo programa de políticas públicas que transforme o trabalho doméstico em política de Estado

Fim das terceirizações - Continuaremos a luta contra o PL 4.330, que acaba com os direitos de homens e mulheres.

Saúde da trabalhadora - Implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher. Garantia dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, como planejamento, **aborto legal e seguro**.

Direitos das trabalhadoras domésticas - Regulamentação da PEC 66/12 que trata de estender todos os direitos trabalhistas para as trabalhadoras domésticas.

Seguridade social universal - Um sistema de proteção social que ofereça saúde e renda, assim como um modelo de previdência que garanta condições dignas de vida e envelhecimento para as pessoas.

Políticas para as mulheres rurais, da floresta e das águas - Exigimos o fim do desmatamento, da poluição dos rios e florestas e do uso dos agrotóxicos. Para isso, é necessário o fortalecimento de formas sustentáveis de produção na agricultura familiar, com microcrédito para trabalhadoras rurais e garantia de assistência técnica gratuita.



CUT® **BRASIL**

Rua Caetano Pinto, nº 575

Brás • São Paulo/SP • CEP 03041-000

Fone: (0xx11) 2108-9200 • Fax (0xx11) 2108-9310

www.cut.org.br

